



Ofício nº56/2025

Concórdia/SC, 20 de Maio de 2025

**Assunto: Manifestação sobre o Ofício-Circular nº 001/2025 do Município de Ipumirim –
Liberdade de Expressão e Dever Funcional**

O Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Concórdia e Região - SSMCR, legítimo representante dos Servidores Públicos de Ipumirim/SC, no exercício de sua função institucional de representação e defesa dos direitos e garantias dos servidores públicos municipais, vem, respeitosamente, manifestar-se acerca do teor do Ofício-Circular nº 001/2025, que trata da vedação à manifestação de servidores sobre suposta ocorrência de Influenza Aviária no Município de Ipumirim.

Inicialmente, reconhecemos a legitimidade da Administração Pública em zelar pela ordem institucional, pela preservação da imagem do Município e pelo cumprimento do dever de sigilo funcional, nos moldes do art. 116, incisos III e VIII, da Lei nº 8.112/1990, aplicada de forma subsidiária no âmbito municipal, especialmente quando se trata de informações estratégicas, sigilosas ou que envolvam risco à saúde pública, conforme definido por norma específica e pelas autoridades competentes.

Todavia, cumpre salientar que eventual vedação genérica e irrestrita ao exercício da liberdade de expressão de todos os servidores públicos, inclusive daqueles que não possuem qualquer atribuição, vínculo funcional ou acesso a informações relacionadas ao tema da Influenza Aviária, afronta diretamente princípios constitucionais assegurados aos agentes públicos, em especial o direito fundamental à liberdade de expressão, previsto no art. 5º, incisos IV e IX, e no art. 220 da Constituição Federal.

Destaca-se, ainda, que o exercício da liberdade de expressão por agentes públicos deve ser preservado, desde que não haja quebra de deveres funcionais específicos, nem divulgação indevida de informações sigilosas ou confidenciais. Nesse sentido, eventual responsabilização disciplinar exige a demonstração clara de violação funcional ou de vínculo direto com o conteúdo protegido, sob pena de se configurar punição indevida e violação aos direitos da personalidade.



Diante disso, reiteramos nosso compromisso com a legalidade, com a transparência e com a preservação da ordem institucional, colocando-nos à disposição para diálogo e construção conjunta de orientações administrativas que respeitem os limites legais, a liberdade individual e a segurança coletiva.

Atenciosamente,

William Ampese
Presidente do SSMCR